

Público

11-09-2013

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Diversos**Dimensão:** 263**Imagem:** N/Cor**Página (s):** 43**EDITORIAL**

Jornalismo e autárquicas

O PÚBLICO não tem a intenção de discriminar, mas não tratará por igual o que não é igual

Independentemente dos vencedores e vencidos, as próximas eleições autárquicas vão ficar na história. Primeiro, uma ambiguidade legislativa fez arrastar a dúvida sobre quem podia ser candidato. Agora, uma lei anacrónica e irrealista forçou os principais canais de televisão a não cobrirem as campanhas eleitorais, de modo a evitarem as multas. Durante a campanha, vão apenas falar de autárquicas quando os líderes nacionais entrarem na campanha. Perdem os partidos, que não passam a sua mensagem; perdem os cidadãos, que vão ter de a ir procurar a outro lado; e perde o debate local, de proximidade, que, nas televisões, terá uma campanha legislativa disfarçada de autárquica. Por detrás destes dois bizarros casos está um problema simples: a inércia do legislador. Em 2005, os deputados

fizeram uma lei ambígua sobre a limitação de mandatos e não a corrigiram. Em 2001, os deputados fizeram uma revisão da lei eleitoral autárquica de 1975 – era a democracia um recém-nascido – e mantiveram o princípio da igualdade na cobertura jornalística. Esse princípio, que na prática exige um jornalismo feito a régua e esquadro, estabelece um absurdo: pede aos jornalistas que tratem por igual o que não é igual. O princípio da igualdade não pode ser aplicado em política como se aplica às raças ou às religiões. Aí, somos todos iguais e temos todos os mesmos direitos. É aliás por ser diferente que, em política, os tempos de antena e as subvenções que o Estado dá às campanhas eleitorais são definidos, por lei, de acordo com a proporcionalidade, ou seja, com a sua representatividade. A 29 de Setembro vamos escolher de entre cerca de 1500 candidatos que concorrem nos 308 municípios. Só Sintra tem 11 candidatos à presidência da câmara municipal. Como se aplica uma “cobertura jornalística igual” a um universo desta dimensão? No PÚBLICO respeitaremos a lei na medida do possível e não é nossa intenção discriminar ninguém. Mas não trataremos por igual o que, em política, não é igual.

A ameaça “cultural” das violações

Podia desejar-se uma pena exemplar, mas o mais importante é saber o que significa uma pena exemplar em casos destes e no universo onde eles infelizmente se repetem. Quatro jovens entre os 20 e os 25 anos vão hoje ouvir a sentença a que serão condenados pelo tribunal indiano que avalia o seu crime: a violação de uma jovem estudante de 23 anos, que morreu devido às lesões internas provocadas pela brutal agressão. Sentença que pode ir até à pena de morte, punição extrema que pouco influirá na mentalidade que permite a repetição de tão repugnantes crimes. Na região da Ásia-Pacífico, revela um estudo da ONU agora divulgado, um em cada dez homens já violou uma mulher e quase metade deles repetiu o acto. Entrevistados agora os violadores (e não as vítimas), conclui-se que há uma “atitude cultural” que “justifica” tais crimes. Ora sem mudar isto nenhuma punição se revelará útil. Em particular para as vítimas, actuais ou futuras.